

RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos a demonstrações financeiras da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem modificação, datado de 28 de março de 2018.

Outras informações que acompanham a demonstração financeira e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre a demonstração financeira

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira está livre de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

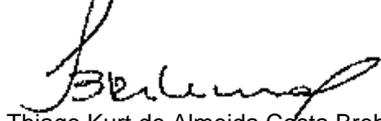
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações, e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.
CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

A T I V O	NE	31/12/18	31/12/17
CIRCULANTE		6.549	3.073
DISPONIBILIDADES	4	2.618	753
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	3.593	2.278
Carteira própria		3.593	2.278
OUTROS CRÉDITOS		305	36
Rendas a receber	6.1	121	-
Negociação e intermediação de valores	6.2	18	-
Diversos	6.3	166	36
OUTROS VALORES E BENS		33	6
Despesas antecipadas	-	33	6
NÃO CIRCULANTE		762	610
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	609
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	-	609
Carteira própria		-	609
INTANGÍVEL		762	1
Ativos Intangíveis em desenvolvimento	7.1	684	-
Ativos Intangíveis	7.2	94	7
(Amortização acumulada)	-	(16)	(6)
TOTAL DO ATIVO		7.311	3.683

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

P A S S I V O	NE	31/12/18	31/12/17
CIRCULANTE		2.657	763
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.657	763
Sociais e estatutárias	8.1	366	158
Fiscais e previdenciárias	8.2	1.274	277
Negociação e intermediação de valores	8.3	900	250
Diversas	8.4	117	78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.654	2.920
Capital:	10.1	4.036	2.036
De Domiciliados no país		4.036	2.036
Reservas de lucros	10.3	978	1.089
(Ações em Tesouraria)	10.2	(360)	(205)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.311	3.683

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	2º-SEM-18	31/12/18	31/12/17
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		739	1.173	1.018
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		739	1.173	1.018
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		739	1.173	1.018
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(566)	(899)	(397)
Receitas de prestação de serviços	12	1.721	3.441	3.562
Despesas de pessoal	13	(678)	(1.131)	(602)
Outras despesas administrativas	14	(1.415)	(2.993)	(2.925)
Despesas tributárias	-	(242)	(424)	(461)
Resultado de participação em coligadas e controladas	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	51	216	32
Outras despesas operacionais	-	(3)	(8)	(3)
RESULTADO OPERACIONAL		173	274	621
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		173	274	621
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	-	-	(206)
Provisão para imposto de renda		-	-	(104)
Provisão para contribuição Social		-	-	(102)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	(141)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		173	133	415
JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO		(244)	(244)	(186)
Nº de cotas.....:	10.1	403.601.900	403.601.900	403.601.900
Lucro/(Prejuízo) por mil cotasR\$		0,43	0,33	1,03

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
 Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/07/18 a 31/12/18						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE	2.036	282	807	(40)	(360)	2.725
Aumento de capital	2.000	-	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				173		173
Destinações:	-	-	(111)	(133)	-	(244)
Juros capital próprio				(244)		(244)
Reserva especial de lucros			(111)	111		-
SALDOS NO FINAL DO SEMESTRE	4.036	282	696	-	(360)	4.654
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	2.000	-	(111)	40	-	1.929
Exercício de 01/01/18 a 31/12/18						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/18	2.036	282	807	-	(205)	2.920
Aumento de capital	2.000	-	-	-	-	2.000
Integralização de capital	-			-	(155)	(155)
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				133		133
Destinações:	-	-	(111)	(133)	-	(244)
Juros capital próprio				(244)		(244)
Reserva especial de lucros			(111)	111		-
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	4.036	282	696	-	(360)	4.654
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.000	-	(111)	-	(155)	1.734
Exercício de 01/01/17 a 31/12/17						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/17	2.036	282	578	-	(177)	2.719
Integralização de capital	-			-	(28)	(28)
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				415		415
Destinações:	-	-	229	(415)	-	(186)
Juros capital próprio				(186)		(186)
Reserva especial de lucros			229	(229)		-
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.036	282	807	-	(205)	2.920
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	229	-	(28)	201

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	2º-SEM-18	31/12/18	31/12/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	173	133	415
Depreciações e amortizações	9	10	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	14
Provisão de impostos no resultado	-	-	206
	182	143	636
Varição de Ativos e Obrigações			
	1.134	892	(3.423)
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(1.704)	(706)	(1.782)
(Aumento) redução de outros créditos	616	(228)	(8)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(24)	(27)	7
Aumento (redução) em outras obrigações	2.246	1.975	(1.640)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(122)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.316	1.035	(2.787)
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(684)	(684)	-
Inversões líquidas no intangível	-	(87)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(684)	(771)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento por aumento de capital	2.000	2.000	-
Ações em tesouraria	-	(155)	(28)
Pagamento de juros de capital próprio	(244)	(244)	(186)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	1.756	1.601	(214)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.388	1.865	(3.001)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	230	753	3.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	2.618	2.618	753

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º-SEM-18	31/12/18	31/12/17
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	173	133	415
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	173	133	415

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

A: RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RB Capital Investimentos DTVM Ltda. (“Distribuidora”), constituída em 1983, atua no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros.

A Sociedade tem como objeto social comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, praticar operações de conta margem, operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros, prestar serviços de intermediação e de assessoria, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de outubro de 2017, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a mudança da denominação social para RB Capital Investimentos DTVM Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações financeiras:

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis”, homologada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

- CPC 04 – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16”, homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016;
- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de janeiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins.

3.3. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda;

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

3.6. Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, e as principais taxas anuais são: 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados e 10% ao ano para outros bens.

3.7. Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada em 5 anos à taxa de 20% ao ano.

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 240 no ano.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15 convertida pela Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, que altera a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 e com vigência até 31 de dezembro de 2018, quando retornará a alíquota de 15%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.10. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários	2.618	753
Total	<u>2.618</u>	<u>753</u>

(*) Referiam-se a operações compromissadas, com liquidez diária, e rendimento indexado ao CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel	Categoria	31/12/18			Valor de curva (contábil)	31/12/17
		Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos		Valor de curva (contábil)
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (*)	Títulos disponíveis para venda	-	2.235	-	2.235	2.174
Cotas de fundos de investimento	Títulos disponíveis para venda	<u>1.358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.358</u>	<u>713</u>
Total		<u>1.358</u>	<u>2.235</u>	<u>=</u>	<u>3.593</u>	<u>2.887</u>

(*) O valor de curva dos CDBs equivale ao respectivo valor de mercado nas datas dos balanços, dado se tratarem de operações pós-fixadas.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
6.1 Rendas a receber (*)	121	-
	<u>121</u>	<u>=</u>

(*) O saldo de contas a receber refere-se à comissão pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários pela Distribuidora.

6.2 Negociação e intermediação de valores

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Devedores conta de liquidação pendentes	18	-
Total	<u>18</u>	<u>=</u>

6.3 Diversos

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Adiantamento e antecipações salariais	6	5
Impostos e contribuições a compensar	137	29
Devedores diversos - País	<u>23</u>	<u>2</u>
Total	<u>166</u>	<u>36</u>

7. INTANGÍVEL

7.1. **Desenvolvimento de software:** Está representado por imobilizações em curso de desenvolvimento de site, lançado pelo valor de custo no montante de R\$ 684.

7.2. **Direito de uso de software:** Está representado por Software amortizado à taxa de 20% ao ano, no montante líquido de R\$ 78 (R\$ 1 em 2017).

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

8.1 Sociais e estatutárias

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Juros sobre capital próprio a pagar	366	158
Total	<u>366</u>	<u>158</u>

8.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e as contribuições a recolher.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	-	81
Impostos retidos de terceiros	23	20
Impostos retidos de salários	41	17
Impostos retidos sobre renda fixa	1.158	-
Outros impostos	<u>52</u>	<u>159</u>
Total	<u>1.274</u>	<u>277</u>

8.3 Negociação e intermediação de valores

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Credores - Conta de liquidação pendente	<u>900</u>	<u>250</u>
Total	<u>900</u>	<u>250</u>

8.4 Diversas

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Provisão para despesas de pessoal a pagar	103	44
Provisão de outras despesas administrativas - custódia	10	6
Credores diversos-pais	4	28
Total	<u>117</u>	<u>78</u>

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

9.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2 Passivos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não havia processos com perda de risco provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2017, os passivos contingentes referentes a processos judiciais e administrativos de natureza cível foram classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, sob risco de perda possível e não são reconhecidos contabilmente, este processo totalizava R\$ 299, porém em caso de perda a Distribuidora será reembolsada pelos antigos acionistas por se tratar de uma ocorrência de responsabilidade anterior ao processo de mudança acionaria.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam processos judiciais trabalhistas e fiscais em tramitação em nome da Distribuidora com classificação de perda possível ou provável.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

O capital social de R\$ 4.036 (R\$ 2.036 em 2017) está composto por 403.601.900 (203.601.900 cotas em 2017), subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

No dia 31 de julho de 2018, a Distribuidora aumentou seu capital em R\$ 2.000, aprovado pelo Banco Central do Brasil no dia 27 de setembro de 2018, onde o capital passou de R\$ 2.036 para R\$4.036, mediante a emissão de 200.000.000 de novas cotas.

10.2. Cotas em tesouraria

Em 14 de maio de 2018, foram recompradas 9.581.259 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$ 155, totalizando em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 360 (R\$ 205 em 2017).

10.3. Destinação do lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi revertido o saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 111 para pagamento de juros de capital próprio. (R\$229 em 2017).

10.4. Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 244 (R\$ 186 em 2017), conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. e classificados na demonstração das mutações do patrimônio líquido em conformidade com a Circular nº 2.739/97. Os efeitos tributários foram de R\$ 61 de IRPJ e R\$49 de CSLL (R\$ 47 de IRPJ e R\$ 37 de CSLL em 2017).

11. PARTES RELACIONADAS

- a) As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias acordadas entre as partes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as transações com partes relacionadas estão sumariadas, conforme a seguir:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Ativo circulante:		
Rendas a receber - Com ligadas (i):		
RB Capital Rendimentos Imobiliários	<u>100</u>	-
Total do ativo	<u>100</u>	=
Passivo circulante:		
Sociais e Estatutárias:		
Juros sobre capital próprio a pagar para sócios	<u>366</u>	<u>158</u>
Total do passivo	<u>366</u>	<u>158</u>
Resultado:	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Com ligadas (i):		
Receita de prestação de serviços - RB Capital S.A.	615	-
Receita de prestação de serviços - RB Capital Cia de Securitização.	830	111
Receita de prestação de serviços - RB Capital Debêntures Incent	10	32
Receita de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	-	57
Receita de prestação de serviços - RB Capital Patrimonial V Fundo de Investimento Imobiliário	2	1
Receita de prestação de serviços - Outros ligados	56	6
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	-	(1)
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Empreendimentos S/A.	-	(23)
Despesa de prestação de serviços - RB Capital S.A.	<u>(18)</u>	-
Total do resultado	<u>1.495</u>	<u>183</u>

- (i) Referem-se a prestação pela Distribuidora de serviços de custódia, implementação e distribuição de Cessão de Crédito Imobiliário (CCI) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).

- b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os administradores da Distribuidora atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e distribuição, sendo remunerados de acordo com a dedicação a cada atividade desempenhada.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Distribuidora não pagou honorários a seus administradores.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 3.441 (R\$ 3.562 em 2017) refere-se às receitas de comissão pela prestação dos serviços de colocação de títulos.

13. DESPESA DE PESSOAL

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Salários - Proventos	(657)	(348)
Previdência social	(167)	(87)
Fundo de garantia por tempo de serviço	(52)	(27)
Benefícios	(173)	(132)
Outras despesas com pessoal	<u>(82)</u>	<u>(8)</u>
Total	<u>(1.131)</u>	<u>(602)</u>

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Intermediação de agente autônomo	(1.112)	(1.627)
Serviços do sistema financeiro	(256)	(248)
Serviços técnicos especializados	(528)	(290)
Serviços de processamento de dados	(613)	(324)
Propaganda e publicidade	(3)	(28)
Publicações	(11)	(11)
Patrocínios	(189)	(144)
Associação de classe	(56)	(40)
Viagens	(175)	(146)
Diversas	<u>(50)</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>(2.993)</u>	<u>(2.925)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	274	621
(-) Participação estatutárias no lucro e participações	(141)	-
(-) Juros sobre capital próprio	(244)	(186)
Adições de despesas não dedutíveis	16	76
Base de cálculo	<u>(95)</u>	<u>511</u>
Contribuição social – 20%	-	(102)
Imposto de renda - 15%	-	(77)
IRPJ - 10% parcela adicional	-	(27)
Incentivos fiscais - Lei Rouanet art. 18º	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(206)

Em 31 de dezembro de 2018, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 43.

16. RISCOS OPERACIONAIS E DE MERCADO

A Distribuidora participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de políticas e sistemas de controle.

16.1. Risco de taxa de juros

Os resultados financeiros da Distribuidora estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros de mercado.

A Distribuidora não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Distribuidora não efetua aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

16.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Distribuidora a incorrer em perdas financeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Distribuidora vem aplicando seus recursos em instrumentos financeiros emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Distribuidora adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito com a constituição de garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

16.3. Risco de capital

A Distribuidora administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da relação entre dívidas e patrimônio/capital próprio.

A estrutura de capital da Distribuidora é formada pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui o capital emitido e reservas).

16.4. Riscos de crédito, liquidez e mercado

A Distribuidora possui uma área de risco responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco necessárias a atender disposições regulatórias. A área de risco é subordinada ao Diretor de Risco, que é designado como responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mercado.

As estruturas de gerenciamento de risco são compostas pelos seguintes agentes:

- a) Comitê de riscos, responsável por revisar as políticas e limites operacionais de risco, submetendo-os anualmente à aprovação da Diretoria Executiva, e pelo acompanhamento da carteira, seu nível de concentração e de risco;
- b) Área de risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar ao Comitê de Riscos os níveis de risco de crédito, liquidez e mercado da instituição, garantindo o cumprimento das políticas de gerenciamento de risco e dos limites operacionais, além de definir as fontes de preços e os modelos de marcação a mercado de ativos;
- c) Área de análise de crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais a instituição mantém ou estuda ter exposição creditícia.

16.5. Risco operacional

A Distribuidora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de risco operacional e uma estrutura de gerenciamento de risco socioambiental conforme as melhores práticas de mercado e em atendimento a regulamentação vigente.

As formalizações estão definidas nos documentos internos “Metodologia de risco operacional” e “Política de responsabilidade socioambiental”, que dispõem sobre a obrigatoriedade de implementação de um sistema de controles internos e de estrutura de gerenciamento do risco operacional e do risco socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este documento também define o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

O Grupo RB Capital adotou um modelo de mapeamento que envolve todos os níveis organizacionais, com o objetivo de estabelecer uma estrutura efetiva de controles internos que promova e respeite os mais altos padrões éticos e de integridade e que enfatize o acultamento e a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, adequados à natureza, a complexidade e aos riscos das atividades desenvolvidas.

A área de compliance é responsável pelo mapeamento dos procedimentos, controles e riscos e pela atuação junto a todos os colaboradores do Grupo RB Capital com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. É uma área independente e segregada da auditoria interna e com subordinação direta ao Diretor de controles internos.

O *Risk and Control Self-Assessment (RCSA)* (Auto avaliação de riscos e controles) é a metodologia utilizada para identificar, avaliar, controlar, monitorar e mitigar os riscos, e apontar os impactos e as probabilidades dos riscos ocorrerem e apresenta medidas preventivas contra tais ocorrências. Trata-se de uma Metodologia de CSA que se utiliza de um sistema específico, terceirizado, de controle de gestão de risco.

16.6. Gerenciamento de capital

A Distribuidora dispõe de uma estrutura para gerenciamento de capital constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções:

- a) Comitê de gerenciamento de capital, responsável por decidir sobre planos de ação e estratégias relativos a mudanças na estrutura de capital da Companhia;
- b) Área de risco, responsável pelas informações de ativos ponderados por risco e adequação de capital;
- c) Área de controladoria, responsável pelas informações de ativos, passivos e fluxo de caixa.

Além dos agentes descritos anteriormente, todas as estruturas contam com uma auditoria interna, realizada por uma empresa externa contratada pela área de controladoria, cujo papel é garantir a adequação dos procedimentos e consistência entre as políticas de gerenciamento de risco e capital e a estrutura efetivamente implementada.

As descrições completas das estruturas de gerenciamento de risco e de capital encontram-se disponível no site www.rbcapitaldtvm.com.br/Gerenciamento-de-Risco, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

17. ACORDO DE BASILÉIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2018 foi de 32,27% (30,4% em 2017).

18. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC - 1SP 110330/O-6